

## A produção do ódio em tempos de guerra: as (re)construções midiáticas da distribuição dos afetos

*Hate production during war times: media (re)construction of affection's distribution*

*La producción del odio en tiempo de guerra: la (re)construcción mediática de distribución de los afectos*

Bárbara Miano<sup>1</sup>  
 Luiz Alberto de Farias<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo estudar a (re) produção midiática do ódio, bem como a regulação dos afetos e construção da desigualdade por meio de dois discursos políticos em tempos de guerra. O estudo justifica-se, pois é comum que os estudos da comunicação direcionem seus esforços mais às produções discursivas finais do que ao processo de construção da violência. Tal decurso parte do pressuposto que o fazer da desigualdade pela mídia esconde-se nas entrelinhas e, na maioria das vezes, reside mais no que é escondido do que no que é revelado, ou seja, está no abafamento e não na garantia de voz. Para tanto, faz-se necessária uma revisão bibliográfica de autores da antropologia, assim como Judith Butler, Maria Claudia Coelho, Veena das, entre outros. Por fim, admite-se também a necessidade de uma análise de dois discursos sobre a segunda guerra mundial, o primeiro proferido pelo ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill e o segundo pelo ex-fuhrer Adolf Hitler. Elaborar-se a consideração de que, embora desafiador, o estudo colabora com as pesquisas em comunicação a partir do momento em que volta o seu olhar para o processo de construção midiático das precariedades que se constitui, sobretudo, a partir da noção de fronteira estabelecida entre aliados e inimigo.

**Palavras-chave:** Estudos midiáticos. Precariedade. Produção do ódio. Mídia de Guerra.

### Abstract

This study has the objective to elaborate media hate reproduction, the affective regulation and inequality construction through two politics discourses. The article is important for communications area because is so common that communications studies has it efforts directs to final discourses production and not to the violence construction. For this purpose, it's necessary to make bibliographic review of anthropologic authors as Judith Butler, Maria Claudia Coelho and Veena Das. Finally, allow that is necessary to screening two statements about second world war. The first was made by Winston Churchill and second by Adolf Hitler. At last, is important to say that the study contribute with communications research since look for construction media process of precarious.

**Keywords:** Media studies. Precarity. Hate production. War media.

### Resumén

Este artículo mira estudiar la (re) producción mediática del odio, así como la regulación de los afectos y la construcción de la desigualdad por medio de dos discursos políticos en tiempos de guerra. El estudio se justifica, pues es común que los estudios de la comunicación dirigen sus esfuerzos más a las producciones discursivas finales que al proceso de construcción de la

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. e-mail: barbara.miano11@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade de São Paulo. e-mail: lafarias@usp.br

violencia. Para ello, se hace necesaria una revisión bibliográfica de autores de la antropología, así como Judith Butler, Maria Claudia Coelho, Veena das, entre otros. Se admite la necesidad de un análisis de dos discursos sobre la segunda guerra mundial, el primero proferido por el ex primer ministro británico Winston Churchill y el segundo por el ex fuhrer Adolf Hitler. Aunque desafiante, el estudio colabora con las investigaciones en comunicación a partir del momento en que vuelve su mirada al proceso de construcción mediático de las precarias.

**Palabras clave:** Estudios mediáticos. Precariedad. Producción del odio. Medios de guerra.

## 1 INTRODUÇÃO

**N**os estudos da comunicação, observa-se um fazer acadêmico sobre produção da violência praticada pela mídia sob o enfoque do perpetrador. Assim, embora esses estudos sejam relevantes, pois evidenciam e colocam à vista toda uma produção discursiva que amplia os ecos da opressão, não se dá tanta atenção à inserção midiática como lugar de construção e reforço da violência. Ou seja, por mais que seja importante um olhar crítico às narrativas hegemônicas, o presente artigo vê a necessidade de dar “passo para trás” e questionar o processo de abafamento de vozes que, muitas das vezes, diz mais do que a própria materialização do discurso.

Nesse sentido, o artigo surge com proposta de separação entre produção e processo produtivo da violência midiática. Enquanto que o primeiro construto localiza-se na construção final do discurso com seus frames já constituídos e devidamente recordados, o segundo situa-se no interregno e na mediação da elaboração discursiva que, como veremos, constitui a violência muito mais a partir do abafamento do que da garantia de voz.

Ainda, como recorte teórico, nos interessa a perspectiva da elaboração discursiva midiática como aparato regulador dos afetos e reprodução do ódio. Por esse motivo, observou-se a necessidade da elaboração de uma revisão bibliográfica de autores da antropologia, assim como Judith Butler, Maria Claudia Coelho, Veena Das, entre outros. Os autores nos ajudam, sobretudo, a compreender o mecanismo de repulsa pública ou preconceito que se situa no território de reconhecimento da precariedade das vidas.

Um exemplo clássico que pode elucidar o processo estudado nesse artigo é a nomeação diferenciada a jovens infratores que ocorre entre “bandidos” e “rapazes de classe média”. Ora, no primeiro caso ocorre uma atuação midiática que enquadra ou localiza no frame o jovem negro enquanto merecedor de ódio e também o situa como

inimigo, potencial causador de ameaças aos homens de bem. Já no segundo, a noção de fronteira é utilizada como mecanismo de localização do jovem enquanto pertencente à sociedade e digno de reconhecimento de sua precariedade.

O racismo naturalizado é eficiente exatamente por causa destas artimanhas. Uma dica pra você, portanto: quando o bandido é de classe média ele geralmente é branco e nunca é chamado de bandido se tiver a pele clara, os cabelos lisos, como neste primor de chamada, onde a vítima negra continua sendo depreciada ao ser chamada de ‘infrator’ e não de adolescente que é e os bandidos brancos – de classe média- continuam sendo tratados com todo cuidado por ‘jovens’, ‘rapazes. (EXEMPLO, 2015).

Reconhecendo as questões acima colocadas, admite-se a necessidade de uma análise de dois discursos sobre a segunda guerra mundial, o primeiro proferido pelo ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill e o segundo pelo ex-fuhrer Adolf Hitler. O estudo revela, além da lógica de poder e representação midiática que determina e reforça enquadramentos sociais, a relevância e a necessidade de uma mídia alternativa que garanta voz e formule novos enquadramentos, auxiliando na apreensão e no reconhecimento de uma precariedade precípua à condição viva.

## **2 O ENQUADRAMENTO DO ÓDIO - A MÍDIA COMO LUGAR DE SILENCIAMENTO DE VIDAS**

“O que é uma vida?”, é com dada provocação que a filósofa inicia a obra “Frames of War: When the Life is Grivable?”. Butler insere a questão em uma problematização política e demonstra que conceber uma vida ou o ser detentor desta vida é um processo regulado e inserido em uma lógica estruturada por relações de poder ou enquadramentos, os quais podem não apenas delimitar de modo maniqueísta o que se entende por uma vida ou por uma não vida, mas também classificar ordinalmente vidas mais dignas do que outras.

Para dar início ao seu pensamento, Butler parte de um pressuposto – todas as vidas são precárias. No entanto, há de se estudar todo o processo difrativo que permite que algumas vidas sejam percebidas como mais ou menos precárias, e isso pode significar tanto um ser mais ou menos vulnerável à violência ou digno de cuidados, regulando a questão do afeto. Dada condição precária é de todo o modo inerente à concepção de corpo, um aparato, de acordo com a autora, vulnerável social e politicamente. A inclinação adaptativa de um corpo ou uma vida aos padrões sociais e políticos previamente definidos

é o que definirá, em uma matriz Hegeliana, o reconhecimento ou a apreensão da precariedade ou da não precariedade de uma vida. De acordo com a autora:

A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação. (BUTLER, 2010, p. 16).

Assim, as formas de reconhecimento ou de proteção são delimitadas pelos “enquadramentos” que não apenas distinguem e classificam a precariedade da vida, como também organizam a problematização e a inserção social e política do corpo.

De modo tocante, a autora afirma que “assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente - ou, melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p.17). Com isso, a partir da afirmação de Butler e do escopo de pesquisa deste trabalho que elabora o seu recorte sobre a atuação midiática e os diversos *frames* constituídos em prol do ódio contra “às vidas menos precárias”, é possível elaborar uma reflexão sobre o exemplo de Vítor, o bebê índio de etnia Caingangue que na tarde de 30 de Dezembro, enquanto era amamentado pela mãe na rodoviária de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, foi degolado por um desconhecido (TORRES, 2016).

Além da covardia com a qual o crime fora executado, o que mais chama a atenção no caso de Vítor é que seu assassinato fora filmado por uma câmera de segurança, entretanto, os noticiários pouco deram atenção ao crime e a sua morte apenas fora noticiada pela mídia alternativa. Ora, por mais que Vítor, um bebê, corresponda a um enquadramento social e político precário e digno de proteção, ele era índio e este “frame” o posicionava como uma não vida, dado o racismo histórico incitado contra o povo indígena, um racismo que é reforçado e reproduzido pela mídia.

Esse exemplo reitera o que Butler afirma em sua explicação sobre os enquadramentos:

[...] não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento. Mesmo quando a vida e a morte acontecem entre, fora ou através dos enquadramentos por meio dos quais são, em sua maior parte, organizadas, elas ainda acontecem, embora de maneiras que

colocam em dúvida a necessidade dos mecanismos por meio dos quais os campos ontológicos são constituídos. (BUTLER, 2015, p. 22).

Assim, seguindo os pensamentos da autora, tanto a morte de Vítor quanto a sua tentativa de esquecimento foram produzidas e reproduzidas pelos enquadramentos contidos, além da estrutura política e social, também na lógica midiática que não apenas trata de, há séculos, aniquilar a cultura indígena, como também classificá-la como uma não vida, indigna da precariedade, logo, do cuidado.

Além da possibilidade do enquadramento, há também, segundo Butler, a chance de enquadrar o enquadramento ou o enquadrador. Nesse sentido, um mesmo enquadramento enquadrado em contextos diferentes pode suscitar distintas questões e visões. No exemplo da crítica elaborada ao caso de Vítor, o enquadrado fora o (des) enquadrador, no caso a mídia massiva, por não ter noticiado o crime. Sobre esta reflexão, também fica evidente uma questão essencial à existência do quadro – ele é, em muitos casos, mais o que oculta, do que aquilo que revela.

A reflexão de Butler sobre o enquadramento da vida nos conduz também a um entendimento da relação e da sujeição social que existe entre seres, levando a uma assimilação da interdependência entre precariedades. De acordo com a autora, o luto e a comoção brotam com o reconhecimento da precariedade inerente à vida e a formação de políticas sociais inclusivas está diretamente atrelada ao reconhecimento ou apreensão de que toda vida deve ser cuidada. Neste caso, pode-se também afirmar que o ódio e a insensibilidade à dor nascem do processo inverso, ou seja, do não reconhecimento da passividade de cuidado e que algumas vidas são mais dignas de luto ou sentimento de perda do que outras.

No artigo “Estetização da política vs. formação da opinião pública: uma aporia da razão comunicacional”, o autor Amarildo Trevisan (2007) dialoga com os pensamentos de Butler sobre enquadramento quando revisa Benjamin. De acordo com o autor, todos os grandes espetáculos de massa que aconteceram durante a segunda guerra mundial, inclusive aqueles produzidos e ou reforçados pela mídia, assim como jogos, músicas e paradas militares visavam suscitar as emoções mais primitivas da sociedade, inclusive o ódio e, assim, todos os ocorridos propagandísticos eram de certo modo formulações sociais e políticas que delimitavam e reforçavam os enquadramentos e direcionavam a relação e a classificação de precariedade de vidas e noção de violência praticada pelo Estado e apoiada pelas massas.

Mas é importante lembrar que as massas não foram simplesmente manobradas nesses casos. Há, em certos meios, uma tendência a atribuir àqueles que ascenderam ao poder (Hitler, Mussolini, Franco) toda a responsabilidade histórica dos eventos que aconteceram em seus países. As massas também tiveram papel ativo, de modo que, sob certo ponto de vista, um conjunto enorme de indivíduos praticava a violência indiretamente, quando ela era permitida pelo Estado. (TREVISAN, 2007, p. 301).

De acordo com Trevisan (2007), a estetização midiática de conteúdos políticos não acaba com a segunda guerra mundial, pelo contrário, segue até os dias de hoje e permanece presente em modernas estratégias de comunicação. Assim, seus pensamentos combinados com as reflexões de Butler revelam uma inserção da mídia na lógica de poder que determina e reforça os diversos enquadramentos sociais. Salta, neste momento, a relevância e a necessidade de uma mídia alternativa que garanta voz e formule novos enquadramentos, auxiliando na apreensão e no reconhecimento de uma precariedade precípua à condição viva.

### **3 SOBRE OS ENQUADRAMENTOS E A REGULAÇÃO DAS EMOÇÕES – A QUAIS VIDAS SÃO DESTINADOS OS AFETOS E QUAIS SÃO DIGNAS DO ÓDIO?**

No artigo “Official Narratives, Rumour, and the Social Production of Hate”, Veena Das demonstra uma análise da circulação de imagens e discursos difusos na Índia na década de 1980. Seu recorte teórico diz respeito ao movimento militante em Punjabi contra as operações do Estado o que gerou grande conflito entre Hindus e Sikhs.

Das (1998), em sua análise, demonstra que a construção dos grupos sociais é delimitada sempre pelo medo e ódio mútuo e que agressor e vítima são figuras imagéticas que alternam as produções discursivas entre grupos sociais. Nesse sentido, a utilização de memórias e eventos traumáticos são extremamente estratégicos para a emersão de sentimentos negativos, como o ódio e o pânico. E, de modo controverso, os perpetradores da violência demonstram a si mesmos como vítimas.

Nesse sentido, o presente é formulado a partir de memórias inacabadas do passado e o inimigo assume características performáticas. Sobre os estereótipos, Das ressalta a discussão que evidencia o fanatismo e a representação de gênero.

No discurso militante Sikh, a imagem do eu era a do mártir cujos sacrifícios tinham um passado sustentado que garantiam vida à comunidade. Os Hindus, por outro lado, eram representados como fracos e afeminados, ou como manhosos. (DAS, 1998, s/p, Tradução nossa).

A representação de gênero, neste caso, é sublinhada pela figura de Gandhi, líder Hindu que defendia estratégias de resistência passiva, assim como o jejum. Nas produções discursivas analisadas por Das, é comum afirmativas que demonstram a não aceitação, por parte da militância Sikh, de uma nação que tem uma liderança com características femininas.

A etnografia de Das elaborada sobre o conflito entre Hindus e Sikhs aborda alguns pontos que dialogam com os pensamentos de Butler. Ora, medo, pânico e ódio são sentimentos comumente evocados, e de modo muitas vezes estratégicos pela produção midiática massiva, em períodos de conflito, pois suscitam a vulnerabilidade do corpo ao outro. Butler explica que:

O fato de o corpo invariavelmente se defrontar com o mundo exterior é um sinal do predicamento geral da proximidade indesejada dos outros e das circunstâncias que estão além de nosso controle. Esse “defrontar-se com” é uma das modalidades que define o corpo. E, no entanto, essa alteridade invasiva com a qual o corpo se depara pode ser, e com frequência é, o que anima a reação do mundo. Essa reação pode incluir um amplo espectro de emoções: prazer, raiva, sofrimento, esperança, para citar apenas algumas. (BUTLER, 2015, P. 58).

Nesse sentido, a discussão de pertencimento ou de identidade em períodos de conflito é suscitada, sobretudo, pela classificação ordinal da vida, entre vidas que merecem comoção e aquelas que não merecem ou são dignas de ódio.

Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como uma vida. (BUTLER, 2015, p. 64).

Dada classificação, além de perpassar pelos enquadramentos já aqui discutidos, também regulam e direcionam a disposição do afeto na sociedade e a validação ou não da violência. Entretanto, dadas respostas afetivas em alguns casos são incentivadas e

direcionadas estrategicamente, no entanto, em outros, podem configurar uma ameaça à ordem e estão sujeitas à censura pública, a partir do momento em que correspondem a indignações causadas pelo reconhecimento de uma vida que, pelos enquadramentos, não deve ser reconhecida como “viva”. Neste sentido, há uma clara intencionalidade em regular a comoção.

Para exemplificar o caso, Butler se apoia na divulgação das fotos de Abu Ghraib nos Estados Unidos, o que gerou forte retaliação por parte do Estado. Segundo autoridades políticas, em 2003, a divulgação de tais imagens seria “antiamericano” e não faria bem para a imagem do país expor os atos de violência. Outro ocorrido suscitado pela autora para elucidar a regulação do afeto diz respeito à reportagem comprometida direto do campo de batalha no Iraque.

O fenômeno da reportagem comprometida direto do campo de batalha ficou conhecido durante a invasão do Iraque em março de 2003, quando parecia estar definido como um arranjo mediante o qual jornalistas concordavam em transmitir as notícias apenas na perspectiva estabelecida pelas autoridades militares e governamentais. (BUTLER, 2015, P. 101).

Nesse caso, fica evidente o direcionamento da comoção que sempre está amparada em zonas de percepção ou enquadramentos que ditam o que deve ser lamentado ou até mesmo o que não deve ser visto ou silenciado. Este ocultamento, embora seja extremamente estratégico para ação do *frame*, raramente está contido na narrativa acessível às massas, no entanto, quando dados enquadramentos são apropriados ou enquadrados por outros contextos sociais e políticos, é possível elaborar uma crítica a respeito destas regulações.

Assim, de acordo com Butler, há a contínua e permanente necessidade de uma contestação dos mecanismos comunicacionais enquadradores. Com isso, se a mídia convencional é comumente apropriada pelo Estado na busca de manipulações afetivas, salta a relevância da mídia alternativa que exponha as estratégias e titerizações dos sentimentos, sobretudo, da comoção e do ódio. Ela afirma que:

Não estou sugerindo que essas normas determinem nossas respostas, de modo que estas sejam reduzidas a efeitos behavioristas de uma cultura visual monstruosamente poderosa. Estou sugerindo apenas que a maneira pela qual essas normas atuam nos enquadramentos e nos circuitos mais amplos de comunicabilidade é vigorosamente

contestável precisamente porque a regulação efetiva do sentimento, da indignação e da resposta ética está em jogo. (BUTLER, 2015, p. 119).

A regulação dos afetos abordada por Butler também caminha ao encontro da revisão elaborada por Maria Coelho de Bauman, no artigo “Três mulheres no nazismo: Reflexões sobre as fontes do comportamento moral”, publicado em 2009. De acordo com a autora, a moralidade, para o sociólogo, é algo altamente manipulável, o que dá margem à permissividade do comportamento imoral em contextos sociais, históricos e políticos específicos, assim como no corpus de estudo adotado pela autora – três filmes que retratam a trajetória de três mulheres durante o nazismo: Traudl Junge, Sophie Scholl e Leni Riefenstahl.

Os enquadramentos de Butler são abordados de forma indireta por Coelho quando ela aborda as reflexões de Arendt (2004 apud Coelho, 2009, 14) sobre a capacidade de julgar quando as normas existentes não correspondem à moral. As bases sobre as quais o nazismo foi regido de acordo com Arendt (2004 apud COELHO, 2009) foram as do consentimento e da obediência. No entanto, para a autora surge um inconveniente:

Para ela, o problema está em igualar consentimento e obediência, uma vez que o ato de “obedecer” só seria plausível em adulto sem situação de escravidão, o que faria com que aqueles acusados de participação no regime nazista tivessem de fato, ao não se insurgirem contra as ordens recebidas, apoiado o regime, pois sua aquiescência equivaleria a consentir, e não a obedecer. Seu argumento é que tudo o que foi feito sob a égide da ideologia nazista exigia a participação coordenada de inúmeras pessoas, o que as responsabiliza pelas atitudes dos líderes, pois sem os “dentes da engrenagem” (expressão utilizada por Arendt para se referir ao argumento da “obediência”) nada se moveria. (COELHO, 2009, p. 27).

Assim, Maria Claudia Coelho faz uma reflexão sobre culpa e vergonha que exigem sempre uma retificação com outra pessoa, ou seja, o olhar do outro e sua absolvição é sempre permanente.

#### **4 A REGULAÇÃO DO AFETO EM DISCURSOS SOBRE A GUERRA**

I. Discurso de Winston Churchill sobre a importância da 2ª Guerra Mundial, em 1940.

Tenho, pessoalmente, plena confiança de que se todos cumprirem o seu dever e se nada for negligenciado e se os melhores anos forem feitos como estão sendo feitos, provaremos que somos mais uma vez capazes de defender nossa ilha, de enfrentar a tempestade da guerra e de sobreviver à ameaça da tirania, se necessário durante anos, e se for necessário, sozinhos.

De qualquer forma, é isso que vamos tentar fazer. Essa é a vontade de Sua Majestade e de cada homem. Essa é a vontade do Parlamento e da Nação. O império britânico e a república francesa, unidas em sua causa e a sua necessidade, defenderemos até a morte como meu solo nativo, ajudando uns aos outros como bons camaradas no máximo de sua força. Nós iremos até o fim. Nós iremos até o fim. Lutaremos na França, lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com crescente confiança e crescente força no ar.

Devemos defender nossa ilha. Lutaremos nas praias, lutaremos nos locais de pouso, lutaremos nos campos, lutaremos nas colinas e nunca nos renderemos. E mesmo que, embora não acredite em nenhum momento, esta ilha ou uma grande parte dela esteja subjugada e faminta, então o nosso Império de além do mar armado e guardado pela esquadra britânica continuaria a luta, até que, no tempo de Deus, o Novo Mundo, como toda a força e poder caminhe adiante para o resgate e a libertação do velho. (CHURCHILL, 2010).

O discurso de Churchill é iniciado a partir de uma visão pessoal que defende que a união e o trabalho em equipe entre os britânicos é essencial para a defesa do território. Nesse trecho, a partir das reflexões destacadas na primeira parte deste estudo sobre a precariedade, o primeiro ministro torna evidente quais vidas valem mais. Apesar de não mencionar o nome dos “inimigos”, Churchill realiza um enquadramento justamente ao não enquadrar ou citar a oposição e, assim, reforça a não precariedade do povo pertencente às nações do Eixo.

Outra questão que se torna evidente no discurso de Churchill é a questão da regulação do afeto. Ao povo britânico, ele direciona a utilização da terceira pessoa do plural, o que reforça o sentimento de união e proximidade. Essa prática, por mais sutil e imperceptível, revela uma distinção entre o nós e o eles, quem merece minha proximidade e o meu afeto e a quem devo destinar a violência. Isso também é reafirmado pelo uso da expressão “bons camaradas” que também direciona e demonstra a construção de vínculo e a relação de cuidado estabelecida com algumas vidas que certamente devem valer mais e ser mais dignas de cuidado do que outras.

A noção de território e fronteira é outro aspecto a ser analisado no discurso de Churchill. Ao estabelecer a ideia de defesa de um porção de terra, o ex-primeiro ministro mais uma vez coloca no lado de dentro aqueles que lutam juntos, compõem uma família e merecem proteção e, no lado de fora, posiciona um inimigo a ser combatido, aquele a

quem o ódio deve ser destinado e que não é digno de cuidado, pois não é considerado uma vida que vive.

II. Discurso de posse de Hitler, após ter sido eleito chanceler da Alemanha, em 1933.

Companheiros alemães, em 3 de janeiro deste ano, o governo nacional foi formado. Eu e o movimento nacional socialista juntos. Eu acreditei que minha luta de anos atrás tinha acabado. Em 1918, quando a guerra havia acabado eu me senti como alemão, eu não era responsável pelas causas da Guerra, nem pelo início da guerra, nem pela condução da guerra e nem pela situação política da Alemanha. Eu era um soldado entre dez milhões de soldados.

Veio um tempo em que a Alemanha orgulhosa apenas do passado, enquanto no presente sentia-se apenas envergonhada. Com o declínio da diplomacia estrangeira e a decadência do poder político, iniciou-se o colapso interno a dissolução de nossas instituições nacionais e a decadência e corrupção em nossa administração e assim começou o declínio de nossa nação.

Tudo isto foi trazido tudo foi causado por homens em novembro de 1918 e agora vemos o colapso de classe após classe. Metade das classes está em desespero, centenas de milhares de vidas estão arruinadas e todos os anos se agrava para centenas de milhares. Centenas de milhares indo à falência e agora o grupo de desempregados começa a crescer. Um, dois, três milhões, quatro milhões, cinco milhões e hoje devem ser seis ou sete milhões. Até quando isso deve continuar? Eu estou convencido de que devemos agir agora, pois se não agirmos antes será tarde. Por esse motivo, em 3 de janeiro com a ajuda do meu partido que começou com sete membros e agora com doze milhões para salvar a nação e a pátria assim como trabalhei arduamente por quatorze anos para construir esse movimento que tendo crescido de sete homens para 12 milhões. Serei eu ou seremos todos nós trabalharmos pesado pela ressurreição da nação alemã. Povo da Alemanha, dentro de quatro anos, eu juro que assim como tomei posse assim terminarei. Eu não fiz por recompensa, eu fiz por vocês. (BECKER; MORA, 2016).

Embora sejam opositores e um consagre a vida do outro como não digna de cuidado, os discursos de Hitler e Churchill apresentam uma construção afetiva muito semelhante. Na primeira parte, Hitler faz a utilização do termo “Companheiros”, uma palavra muito parecida com a utilizada pelo ex-primeiro ministro, “Camaradas”. No entanto, mais do que no primeiro exemplo, Hitler reforça ainda mais a ideia de união, pois além de utilizar a terceira pessoa do plural, se coloca “na pele” no povo alemão e

demonstra que sabe o que as pessoas sentem, pois foi “um entre dez milhões de soldados na primeira grande guerra”.

Talvez o reforço do ódio, venha com as qualificações atribuídas na segunda parte do texto, pois confere a causa de todos os problemas internos vivenciados pela Alemanha na época aos países “estrangeiros”. E, nesse sentido, sutilmente o *fuher* traz a tona a mesma noção de fronteira e uma regulação do afeto muito semelhante à estabelecida por Churchill, no primeiro texto analisado.

A distinção entre nós, o povo alemão que sofre e sabe de sua precariedade, e eles, o inimigo causador de nossa desgraça e, por isso, digno de nosso ódio e de nossa violência, é reforçada na terceira parte a partir de um breve panorama da situação alemã na época. Ainda, nesta parte, a regulação do afeto fica extremamente clara, pois Hitler termina seu discurso fazendo uma promessa ao povo alemão, como um pai, um mártir ou um redentor que se coloca em risco por seu povo. Ele também evidencia a construção da dignidade do cuidado e da segurança por uma frase muito afetuosa e afagável com a qual finaliza o seu discurso “Eu não fiz por recompensa, eu fiz por vocês”. Com isso, ele demonstra ideia de proximidade e a construção de família do povo alemão que deve proteger-se das ameaçar de um inimigo comum, digno apenas da violação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou, sobretudo, ultrapassar os limites dos estudos midiáticos e desnudar o processo de produção discursiva do ódio em tempos de guerra. Com isso, correspondendo ao objetivo delimitado no início da pesquisa, chegou-se à conclusão de que a (re) produção midiática do ódio, a regulação dos afetos e a construção das desigualdades em tempos de guerra ocorrem via não enquadramentos da oposição, uma estratégia que reforça a não precariedade daqueles que não são considerados aliados e reforça o sentimento de vínculo e cuidado com algumas vidas. Ademais, nos dois trechos analisados, observou-se a utilização do recurso território e fronteira o qual localiza uma noção de aproximação e afastamento entre aliados e inimigos que, mais uma vez, vale como instrumento valorativo e avaliativo de vidas precárias e não precárias.

Nesse sentido, o estudo, do mesmo modo que significou um grande desafio, também configura um olhar inovador para as comunicações de guerra, pois se utilizou de fontes nada convencionais, pertencentes ao campo científico da antropologia, porém que

colaboraram e ofereceram um olhar extremamente profundo à construção midiática da distribuição dos afetos. A pesquisa deixa sua provocação para uma produção científica no campo da comunicação que tire o seu foco da ponta do iceberg, ou seja, apenas das construções narrativas, e esteja mais comprometida com os fenômenos sociais que proporcionam as (re) construções midiáticas de inúmeras desigualdades, assim como sociais, de gênero, enfim, de precariedades.

## REFERÊNCIAS

AUGRAS, M. **Opinião pública: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

BAVARESCO, A. **A teoria hegeliana da opinião pública**. Porto Alegre: LP&PM, 2001.

BECKER, Lutz; MORA, P. Primeiro discurso de Hitler. **Youtube**, Miguel Luciano Bispo, 7 ago. 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IXvFV7y8wrI&feature=youtu.be>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Luz, 2008.

CHAUÍ, M. (2008). **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.

CHURCHILL, W. Nunca nos renderemos. **Anders Bit**, 1º de outubro de 2010. Disponível em: <<https://youtu.be/hDJyXckMXhg>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

COELHO, Maria Claudia. Tres mulheres no nazismo: Reflexões sobre as fontes do comportamento moral. **Dilemas**, v. 2, 2010.

CHILDS, H. **Relações públicas, propaganda & opinião pública**. São Paulo: FGV, 1974.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DAS, Venna. Specificities: official narratives, rumour, and the social production of hate. **Social Identities**, v. 4, n. 1, 1998.

EXEMPLO didático de como se opera o racismo na linguagem midiática. **Blog da Maria Frô**, 28 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2015/03/28/exemplo-didatico-de-como-se-opera-o-racismo-na-linguagem-midiatica/>>. Acesso em: 20 mar. 2018

HALIDAY, M. T. Discurso organizacional: uma abordagem retórica. In. KUNSCH, M. **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIPPMAN, W. **Opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MATHEUS, C. **As Opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MOTA, Luiz Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? SBPJOR, ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7. **Anais...** São Paulo, USP, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/zaAJT8>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PLANTIN, C. A. **Argumentação: história, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola, 2008.

TORRES, A. Uma missa para um curumim degolado. **El País**, 8 jan. 2016. Disponível em: <[http://www.brasil.elpais.com/brasil/2016/01/07/politica/1452205331\\_717030.html](http://www.brasil.elpais.com/brasil/2016/01/07/politica/1452205331_717030.html)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

TREVISAN, A. L. Estetização da política vs. formação da opinião pública: uma aporia da razão comunicacional? **Revista Educação**, Porto Alegre, ano XXX, v. 62, n. 2, p. 2999-312, 2007.